

Michel Temer sanciona reforma trabalhista

Presidente diz que legislação estará atualizada, 'revolucionando' a economia brasileira

ROSANA HESSEL
CORREIO BRAZILIENSE

O presidente Michel Temer sancionou na tarde de ontem a Lei de Modernização Trabalhista, em cerimônia que contou com a presença de empresários, parlamentares e cerca de 20 ministros de seu governo. As novas regras entram em vigor dentro de 120 dias após a publicação no Diário Oficial da União (DOU). Temer começou a discursar no momento em que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), da Câmara dos Deputados, iniciava a votação sobre a admissibilidade da denúncia de corrupção passiva feita contra o presidente pela Procuradoria-Geral da República (PGR). Enquanto falava comemorando a "vitória expressiva", no Senado Federal, de 50 votos favoráveis contra 26 contrários, ele voltou a afirmar que teve a coragem de fazer essas mudanças que nenhum outro governante fez. "Essa era uma das demandas que muitos falavam, mas ninguém teve a ousadia de realizá-la", afirmou ele, destacando que a legislação atual, de 1943, foi adaptada ao século XXI.

O presidente esteve ontem reunido com o deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), que relatou a reforma trabalhista na Câmara dos Deputados, e combinou com o parlamentar que um grupo de deputados devem acompanhar a elaboração da Medida Provisória que deverá ser publicada quando as novas regras começarem a vigorar. O chefe do Executivo minimizou a crise política e voltou a citar os eventos da agenda positiva da semana e fez questão de dizer que os aplausos que tem recebido nas cerimônias são sinceros. "Eu ouço palmas que vem do coração", afirmou ele, destacando que o seu governo está "no caminho para dar mais conforto ao brasileiro". O presidente reconheceu que existem contestações, mas ele as minimizou afirmando que, quando

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, classificou a reforma como nas relações de trabalho do Brasil e ressaltou que a mudança era necessária por conta do avanço tecnológico que criou novas modalidades de trabalho. "Essa proposta está fato revolucionando a economia brasileira" disse. "A legislação trabalhista tem que representar os fatos dentro dessa nova realidade. Hoje, a tecnologia permite o trabalho remoto e que as pessoas possam se deslocar enquanto trabalham", afirmou.

O chefe da equipe econômica voltou a afirmar que o país está saindo da recessão devido às reformas que estão sendo feitas, como é o caso da trabalhista. "Entramos em uma recessão profunda por razões estruturais e estamos saindo. Vamos construir um país com taxas de crescimento sustentáveis e mais elevadas", afirmou.

NOVAS regras da reforma trabalhista entram em vigor dentro de 120 dias após a publicação no Diário Oficial da União



"Mudanças conservam direitos do trabalhador"

O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, destacou a necessidade dessa reforma uma vez que as leis do trabalho não atendiam a realidade atual do mercado. "Essa lei foi concebida ancorada em três eixos: consolidar direitos, segurança jurídica, pois uma nação se estabelece dentro de três pilares que são segurança nacional, segurança jurídica e segurança monetária. E o terceiro eixo é geração de empregos", resumiu.

Nogueira reforçou que a reforma "mantém os direitos" e lembrou que existem "14 milhões de pessoas que estão desespe-

radas para trabalhar". "A proposta vem criar um ambiente com segurança onde o empregador não ficará com medo de contratar o empregado tenha garantia dos seus direitos", completou. Ele ainda afirmou que o governo está proporcionando dois endereços ao brasileiro: para morar e para trabalhar.

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra Filho, um dos grandes defensores dessas mudanças, e afirmou que acredita que essas novas regras ajudarão a reduzir os conflitos e os processos trabalhistas. "Estou hoje conven-

cido que a melhor forma de proteger o trabalhador seja exatamente esse caminho trilhado pela reforma. Todos querem proteção e a volta dos investimentos das empresas para o país voltar a crescer", afirmou.

Na avaliação de Martins Filho, o país parte para o caminho "que vai gerar empregabilidade e estimular as empresas a contratarem" e a espinha dorsal da reforma é a negociação coletiva, que dará mais jurisprudência para os acordos entre trabalhadores e empregados. "Com isso o Brasil já sai ganhando", disse.

Romero Jucá reitera que haverá MP para ajustar projeto

CARLAARAÚJO E FERNANDO
NAKAGAWA
AGÊNCIAESTADO

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), reiterou o compromisso do governo de editar a Medida Provisória para ajustar pontos da reforma trabalhista sancionada ontem pelo presidente Michel Temer e reafirmou que o retorno da contribuição sindical obrigatória não foi acordada com os senadores e não faz parte da minuta que foi entregue hoje aos parlamentares.

"Vamos construir coletivamente a melhoria do texto que veio da Câmara dos Deputados. É um trabalho de aprimoramento, não está se anulando nenhuma posição da Câmara dos Deputados", disse Jucá, após evento no Palácio do Planalto. "Não há nenhum acordo para colocar a contribuição sindical, eu não fiz esse acordo, não tenho texto sobre isso e o Senado se manifestou para não incluir isso na Medida

Provisória. Portanto, não está na minha área esse tipo de discussão", afirmou.

Jucá disse que encaminhou a vários parlamentares a minuta da MP e também ao relator da matéria na Câmara, Rogério Marinho (PSDB-RN), para que a MP seja debatida e não há pressa já que há o prazo de 120 dias para a reforma entrar em vigor. "Essa lei que nós aprovamos hoje só vale daqui a 120 dias. Para ter uma MP que modifique a lei, ela tem que ocorrer antes de 119 dias, ou seja, temos um prazo razoável", completou.

O líder do governo no Senado evitou responder sobre as declarações do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), de que não iria votar uma MP que não teve acordo com a Câmara e afirmou ainda que também enviou a Maia uma cópia da minuta. "Maia vai discutir quando chegar lá. Mandei também para ele", disse. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), voltou a afirmar ontem, que não fez

nenhum acordo com o governo para aprovar uma medida provisória com alterações no texto da reforma trabalhista.

"Se eu não alerto que a Câmara dos Deputados não faz parte desse acordo, fica parecendo que uma MP que está sendo editada está tendo o apoio da Câmara e isso não é verdade", disse.

Horas depois de o Senado aprovar a reforma trabalhista, na terça-feira, Maia divulgou uma mensagem nas redes sociais dizendo que não colocaria em votação nenhuma medida provisória com modificações na nova lei trabalhista. A apresentação da MP foi um compromisso assumido entre o presidente Michel Temer com os senadores para acelerar a aprovação da reforma.

Segundo Maia, o texto da reforma trabalhista sancionado nesta quinta por Temer é uma "revolução" e não pode haver "retrocessos". "O que foi sancionado hoje é uma revolução nas relações de trabalho no Brasil".



JUCÁ disse que encaminhou a vários parlamentares a minuta da MP

MPE pede ao TJ-BA extinção de processo contra o Revitalizar

ROMULO FARO
REPÓRTER

O procurador Achilles de Jesus Siquara Filho, do Ministério Público do Estado (MPE), pediu ao Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) extinção do mandado de segurança que a corte deferiu em 23 de maio último contra o projeto de lei nº 302/2016, da prefeitura de Salvador, por meio do qual o Executivo criou o Programa de Incentivo à Restauração e Recuperação de Imóveis do Centro Antigo da capital, o Revitalizar. O processo está sob responsabilidade da desembargadora Regina Helena Ramos Reis, e foi movido pelo líder da oposição na Câmara Municipal, vereador José Trindade (PSL), contra o presidente da Casa, vereador Leo Prates (DEM), e o prefeito ACM Neto (DEM).

O Ministério Público argumenta que por o projeto ter sido aprovado na Câmara e por estar em vigor após sanção do prefeito, o processo "perdeu objeto". "Diante do exposto, sem maiores delongas, em razão da perda do objeto esta Procuradoria de Justiça opina pela extinção do man-

dado de segurança sem resolução do mérito", escreve o procurador Achilles Siquara em seu pedido ao Tribunal de Justiça.

Em entrevista à Tribuna, o vereador José Trindade disse que "o pedido do Ministério Público não significa a decisão do Tribunal de Justiça". "Nós da oposição não temos comunicado oficial de nada disso ainda. A desembargadora concedeu o mandado de segurança no primeiro momento, porque evidentemente o Tribunal de Justiça acolheram nossos argumentos. Então vamos aguardar a decisão da magistrada. A opinião do Ministério Público não significa posição do Tribunal de Justiça", afirmou o líder da minoria.

Líder da base do governo, o vereador Henrique Carballal (PV), porém já dá "mais uma vitória" como certa. "A oposição tem mais uma derrota nessa série de processos que eles estão movendo na Justiça contra as prerrogativas deles próprios. O Ministério Público já reconheceu que não há irregularidade nenhuma no projeto. E a Justiça com certeza vai atender ao pedido do Ministério Público, exatamente pelo mesmo motivo", disse Carballal.



PROCURADOR Achilles Siquara Filho, MPE, argumenta que o processo "perdeu objeto"

Prates reitera "legalidade" e "confiança na Justiça"

Accionado pela oposição no processo do projeto Revitalizar, o presidente da Câmara, vereador Leo Prates (DEM), disse à Tribuna que aguarda "com serenidade" a decisão da desembargadora do Tribunal de Justiça. Ele reiterou a transparência na tramitação dos projetos no Legislativo, inclusive do projeto de desafetação de terrenos públicos. "É um grande passo essa opinião do Ministério Público. Tivemos duas vitórias importantes nesta semana: a Justiça indeferiu a liminar do projeto de desafetação, e agora esse posicionamento do MP. A Câmara

melhorou muito a tramitação dos projetos. Dissemos isso à desembargadora, e provamos. Veja com a desafetação. Tivemos 90 dias de debate. Levamos isso ao tribunal. A oposição busca direitos no estado democrático de direito, e isso é natural. Confiamos na Justiça e sabemos a dimensão do nosso trabalho. Nossa gestão tem transparência total. Temos seis meses sem um parecer em plenário, um recorde absoluto. Só temos pareceres das comissões". Para ele, a judicialização é um direito dos vereadores.